

José Guilherme Braga

DIREITO DOS SEGUROS

TEORIA, PRÁTICA NA DEFESA DO SEGURADO

**EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2026**

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1 – As Origens Históricas e a Formação Social do Contrato de Seguro	7
1.1. Raízes Históricas do Seguro	7
1.2. O Papel do Seguro como Instrumento Econômico e Social.....	8
1.3 A emergência do seguro de vida e patrimônio na Europa moderna	12
1.4 O seguro contra incêndio: resposta institucional a catástrofes urbanas	14
1.5 A mutualidade como base estrutural do seguro	15
1.6 O desenvolvimento da técnica atuarial e da gestão do risco	17
1.7 O seguro como garantia da dignidade e estabilidade nas relações privadas	20
1.8 A Evolução do Direito dos Seguros no Brasil	22
1.9 O Código Comercial de 1850 e a regulação do seguro marítimo	24
1.10 A inovação do Código Civil de 1916: um capítulo específico sobre seguros.....	26
1.11 O avanço doutrinário e jurisprudencial até o Código Civil de 2002.....	28
1.12 A transição para a Lei 15.040/2024: da fragmentação à sistematização	31
Capítulo 2 - Conceitos Essenciais que Acompanham o Seguro.....	35
2.1 Risco.....	35
2.1.1 Classificações do risco.....	36
2.1.2 Risco e sinistro: distinção necessária.....	39

2.2 Prêmio	41
2.3 Critérios de fixação do prêmio	43
2.4 Modalidades de pagamento e implicações jurídicas.....	44
2.5 Interesse segurável.....	49
2.6 Legitimidade do interesse e vedação ao enriquecimento sem causa ...	50
2.7 Cobertura.....	51
2.7.1 Cobertura como delimitação dos riscos assumidos.....	53
2.7.2 Modalidades de cobertura.....	54
2.7.3 Cobertura adicional ou suplementar	55
2.7.4 Cobertura obrigatória	56
2.7.5 Responsabilidade do Síndico na Contratação do Seguro Condominial	56
2.7.6 Cláusulas limitativas e exclusão de cobertura	58
2.8 Sinistro	59
2.9 Conceito e natureza jurídica	59
2.0 Indenização e Capital Segurado	62
2.11 Natureza indenizatória x natureza forfetária.....	62
2.12 Limites, forma de pagamento e cláusulas de franquia	63
2.13 Introdução: A Necessidade de Nova Legislação	65
2.14 Breve panorama histórico da regulação anterior (arts. 757 a 802 do Código Civil de 2002).....	66
2.15 Limitações do modelo anterior: lacunas técnicas, fragmentação e insegurança.....	67
2.16 Estrutura e Princípios da Lei 15.040/2024.....	73

2.17 Princípios fundamentais aplicáveis em conjunto com a Lei 15.040/2024	77
2.18 Formação e Eficácia do Contrato de Seguro	84
2.19 Obrigações das Partes no Contrato de Seguro	86
2.20 O Dever de Emissão e Concreção da Apólice pela Seguradora: Conteúdo, Forma e Eficácia no Marco da Lei 15.040/2024.....	88
2.21 A Regulação Tempestiva dos Sinistros no Contrato de Seguro: Deveres da Seguradora à Luz da Lei nº 15.040/2024.....	92
2.22 O Dever de Cooperação das partes na Regulação e Mitigação dos Danos: Fundamentos, Alcance e Consequências à Luz da Lei nº 15.040/2024.....	96
2.23 Regulação e Liquidação do Sinistro no Contrato de Seguro: Efetivação da Garantia e Limites Legais	97
2.24 Da Responsabilidade pela mora na regulação	107
2.25 Direito de Acesso do segurado aos documentos do processo	109
2.26 Sobre a Liquidação do Sinistro	111
2.27 Os Limites da Cobertura e as Exclusões Contratuais	114
Capítulo 3 - A Proteção do Consumidor nos Contratos de Seguro: Intersecções entre o CDC e a Lei 15.040/2024	117
3.1 Contratos de Seguro como Contratos de Adesão: Vulnerabilidade, Abusividade e Controle Judicial	135
3.2 Identificação de práticas contratuais abusivas mais recorrentes..	137
3.3 Exclusões genéricas ou contraditórias	139
3.4 Cláusulas que dificultam a comprovação do sinistro	141
3.5 Condições de carência desproporcionais;	142
3.6 Restrições sem destaque ou em linguagem técnica inacessível....	144

3.7 Invalidação de cláusulas por ofensa ao equilíbrio contratual e à função social do contrato.....	146
3.8 A proteção do terceiro beneficiário e do terceiro prejudicado	148
3.9 A harmonização entre a Lei 15.040/2024 e o CDC	153
3.10 O contrato de seguro como espécie de contrato de adesão: prevalência das normas do CDC nos conflitos de interpretação	155
3.11 A importância de uma leitura sistemática e integradora entre os microssistemas	157
3.12 Recomendações interpretativas para o Poder Judiciário diante da nova lei.....	159
Conclusão	163
Referências Bibliográficas	167
LEI Nº 15.040, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2024	169
JURISPRUDÊNCIA EM TESES DO STJ.....	201